



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

*Jm*  
*Fontes*  
*h*

**--- ATA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DE FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS. -----**

--- Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Vila do Porto, na sala D Ximenes Belo, na Biblioteca Municipal de Vila do Porto, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Informação escrita da presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto, acerca da atividade municipal, situação financeira e informação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica aprovada pela Assembleia Municipal, na 5ª sessão ordinária de 30/11/2022, no âmbito da Lei dos Compromissos; -----
2. Proposta de redução da Taxa do Imposto Municipal de Imóveis para agregados familiares residentes no concelho de Vila do Porto; -----
3. Congresso da ANMP XXVI – Convocatória. -----

--- O presidente da mesa da assembleia deu início à sessão procedendo-se à chamada, pelo primeiro secretário da mesa, confirmando-se as presenças dos deputados/as municipais, João Manuel Andrade Fontes (PS), Florbela Pinto Varandas Cunha (PPD/PSD) (em substituição do deputado Carlos Henrique Lopes Rodrigues (PPD/PSD), que comunicou antecipadamente a sua ausência e cuja falta se encontra devidamente justificada), José de Andrade Melo (PS), António Manuel Soares de Sousa (em substituição da deputada Aida Maria Melo Amaral (PPD/PSD), que comunicou antecipadamente a sua ausência e cuja falta se encontra devidamente justificada), Rosa Filomena Cabral de Melo (PS), Manuel dos Anjos Lisboa (em substituição do deputado Carlos Afonso Simões Braga de Oliveira (PPD/PSD), que comunicou antecipadamente a sua ausência e cuja falta se encontra devidamente justificada), Ricardo Filipe Santos Melo (PS), Jaime Braga Bairos (PS), Jorge Luís da Costa Pessoa Pereira da Costa (PPD/PSD), Cristina Elisabete Batista Bairos Gonçalves (PS), Helena Maria Correia Teixeira Ferreira (PPD/PSD), Filipe dos Santos Sousa Teves (PS), Armando de Melo Soares (PPD/PSD), José Manuel Pereira Torres de



JA  
Bairns  
G

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

Medeiros Chaves (PS), João Filipe Lourenço da Silva (PPD/PSD), Flávio José Freitas Resendes (PS), Eduardo Manuel Pereira Cambraia (PPD/PSD). Aldeberto Chaves (em substituição do deputado António Isidro Braga Sousa (PS), que comunicou antecipadamente a sua ausência e cuja falta se encontra devidamente justificada), António Jorge Cabral Monteiro (PS) e de Bárbara Chaves, Domingos Barbosa e Graça Morais, do elenco camarário. Não esteve presente a deputada municipal Carmélia Moura Sousa Melo (PPD/PSD). -----

--- Confirmando-se a existência de quórum e em conformidade com o previsto na alínea c) do artigo 30º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, o presidente da mesa declarou aberta a terceira sessão ordinária da Assembleia Municipal de Vila do Porto, do ano de dois mil e vinte e três, publicitada por edital de dezanove de junho do corrente ano e deu as boas-vindas ao senhor Manuel Lisboa, por ser a primeira vez que participa numa sessão da assembleia municipal, enquanto deputado municipal, e desejou também a todos uma boa sessão de trabalhos. -----

--- De seguida entrou-se no período de intervenção do público, inscrevendo-se para o efeito a senhora Daniela Malanchini que ao tomar a palavra colocou as seguintes questões: porque não foi executado, nos termos previsto na lei, isto é, durante o ano económico de dois mil e vinte e dois, os projetos do Orçamento Participativo de dois mil e vinte e um, particularmente o projeto vencedor “Colónia temporária de Gatos no CAMAC”, apresentado por Márcia de Fátima Chaves Braga, no valor orçamentado de quatro mil e cento e setenta e cinco euros; porque que razão foram construídas casotas de forma completamente diferente da apresentada no projeto, pois tal estava previsto um máximo de quatro casas e por que razão existem algumas das casotas feitas dentro do gatil, se o projeto era para serem construídas fora. Destacou ainda o estado de completo abandono e sujidade em que o CAMAC se encontra nesta altura, bem como a degradação do espaço exterior do gatil e, referiu ainda que já sido solicitado esclarecimentos e documentos que comprovassem a execução do supracitado projeto, mas que a única resposta que obteve é que havia projetos que ainda estavam a ser executados, tendo recebido em anexo algumas requisições a justificar os valores gastos até agora. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

*JP  
Barbosa*

--- Dada a palavra à presidente da autarquia, esta delegou a resposta no vice-presidente Domingos Barbosa, que esclareceu que as questões colocadas do projeto “Colónia de patudos”, do orçamento participativo de dois mil e vinte, a ser executado em dois mil e vinte e um e do projeto “Colónia temporária de gatos no CAMAC”, votado em dois mil e vinte e um, a ser executado em dois mil e vinte e dois, foram respondidas através de ofício, onde esclarecia que relativamente ao primeiro projeto, segundo o que foi possível apurar nas contas da autarquia, foi executado uma determinada verba, mas que existiam outras despesas para as quais não foi possível apurar os respetivos custos, pois poderão estar diluídas em despesas dos serviços camarários, dado que muitas das obras desses projetos foram executadas por funcionários da autarquia e com materiais da autarquia, e que relativamente ao segundo projeto referenciado foi discriminada a verba já despendida com a aquisição de equipamentos e materiais, bem como os custos inerentes à mão de obra de pintura e carpintaria. Ressalvou ainda o vice-presidente que a partir deste ano deixou de ser possível apresentar projetos imputando a sua execução com recurso a mão-de-obra da autarquia. -----

---- Tomou novamente a palavra a senhora Daniela Manchini para aludir que o maior trabalho era utilizar as redes divisória existentes no gatil e colocar mais uma porta para evitar a fuga dos gatos, bem como fazer a divulgação através da internet e dos meios de comunicação social do que estava previsto no projeto e que tal não foi realizado. Opinou ainda que não deveriam ter colocado cimento no chão e que a execução do projeto não corresponde ao que estava previsto, ao que o vice-presidente da autarquia retorqui que o projeto apresentado não sugere medidas de caixas nem das divisórias. -----

--- O deputado municipal Armando Soares solicitou uma intervenção para referir que nos projetos apresentado ao orçamento participativo, a decisão de efetuar os trabalhos com os recursos humanos da autarquia foi do executivo, cujo custo é possível de ser comprovado, pois consegue-se determinar o custo hora de um funcionário e o custo das tintas e de outros materiais, por isso gostaria de ser esclarecido sobre essa questão e opinou que não vê qualquer inconveniente que os projetos até possam ser executados com mão-de-obra da autarquia, pois é fácil de calcular os custos inerentes e alocar essas despesas ao custo total do projeto, ao que o vice-presidente Domingos Barbosa reforçou



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

*J. Gomes*  
*27/09/23*

que no primeiro projeto, da responsabilidade do anterior executivo, não se consegue apurar tais verbas e que no segundo projeto esses valores só serão apurados após a execução total do projeto e reafirmou que o novo regulamento obriga, até por uma questão de justiça, que os projetos novos apresentados tem que referenciar os custos com a mão de obra. -----

--- O deputado municipal José de Melo também solicitou uma intervenção e, após tomar a palavra, enalteceu a participação da senhora Daniela Manchini, mas achou exagerado a opinião do CAMAC estar ao abandono e fez uma resenha história da construção do mesmo, desde dois mil e onze, enaltecendo o mérito do executivo camarário anterior, pois como no projeto inicial apresentava algumas situações a corrigir, então foram realizadas obras, ao longo dos anos, que melhoraram significativamente as condições, e neste elenco camarário já foi construído um gatil e foram revestidas as paredes com azulejos, o que permite melhores condições higiénicas. Considera que a parte física e estrutural do edifício necessita ainda de algumas melhorias e que para a parte operacional do manuseio, vigilância e do tratamento dos animais seja elaborado um código de procedimentos rotineiros para a gestão diária dos animais, com enquadramento legal e com base no regulamento municipal já existente sobre os animais do CAMAC, contemplando uma vistoria diária a todos os animais. Disse ainda ser necessário ter espaços verdes e colocar árvores, equacionar a possibilidade de existir água aquecida e insistir na contratação de um veterinário, lembrou ainda que a autarquia e assembleia municipal emitiram parecer desfavorável, relativamente a uma proposta apresentada pelo Governo dos Açores, que previa o abate dos animais em situações mais “facilitadas” e por fim ressaltou que todos temos o dever de chamar a atenção para o que não está bem, mas ter a hombridade e ética de reconhecer e referir o que já foi feito de bom. -----

---- Foi dada a palavra à presidente da autarquia, Bárbara Chaves, que reconheceu que existem situações a melhorar na infraestrutura e que está a decorrer o processo concursal para a contratação de um veterinário a tempo inteiro. -----

--- Como não se registaram inscrições, passou-se de imediato ao período antes da ordem do dia, onde o presidente da mesa colocou à consideração a aprovação da ata da sessão



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

anterior, apesar de ter sido aprovada a minuta da mesma na própria reunião, para produzir efeitos imediatos. Para o efeito foi aberto um período de inscrições para solicitar esclarecimentos ou apresentação de sugestões relativamente ao documento em apreço, mas como não se verificaram quaisquer inscrições, a ata foi sujeita à aprovação, sendo a mesma aprovada por maioria, com treze votos a favor e seis abstenções. -----

--- De seguida o presidente da assembleia deu conhecimento da correspondência recebida e expedida, salientado a receção de uma convocatória da mesa da assembleia da Associação Nacional dos Municípios Portugueses para estar presente no XXVI Congresso da ANMP, os ofícios da presidente da autarquia de Vila do Porto, a enviar toda a documentação de suporte aos assuntos da ordem do dia da sessão e a receção dos mails dos/as deputados/as a comunicar a sua ausência. Relembrou ainda os presentes que toda a documentação está disponível para consulta junto à funcionária Daniela Braga, na Câmara Municipal de Vila do Porto. -----

--- Passando-se ao momento de propostas de recomendação ou resolução de assuntos de interesse para a autarquia, apresentação de moções, emissão de votos de louvor e congratulação, protesto ou pesar, o presidente da assembleia informou que a mesa tinha recebido uma proposta de recomendação subscrita pelos presidentes de junta de freguesia relativamente à reposição e alteração por parte do município dos montantes financeiros afetos às juntas de freguesia do concelho de Vila do Porto, no âmbito da delegação de competências da câmara municipal, uma proposta de recomendação do grupo municipal do PSD para a construção de um cemitério de animais, um requerimento do grupo municipal do PSD, que carece de resposta escrita às perguntas que são formalizadas, um voto de congratulação apresentado pelo grupo municipal do PS, relativo aos cem anos da Banda Recreio Espirituense e um voto de congratulação também apresentado pelo grupo municipal do PS, pelos vinte e cinco anos da Associação de Desenvolvimento e Solidariedade Social Mariense Salvaterra. Informou ainda o presidente da mesa que as propostas de recomendação e os votos de congratulação seriam apresentados, apreciados e votados separadamente e que ficariam apensos à ata.

--- Posto isto foi solicitado a um presidente de junta para apresentar a proposta de recomendação relativa à reposição e alteração por parte do município dos montantes



*M  
Bainco*  
*[Signature]*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

financeiros afetos às juntas de freguesia do conselho de Vila do Porto para o qual tomou a palavra o presidente de junta de freguesia de Vila do Porto, deputado Eduardo Cambraia, que começou por elucidar os motivos da apresentação da proposta nesta altura, ressaltando que como se está no final de um ano financeiro, faz todo o sentido que a situação seja resposta ainda este ano e que seja considerada no orçamento para os próximos anos, pois a conjuntura atual provocou um aumento de preços que praticamente duplicaram as despesas inerentes à concretização dos serviços que estão contratualizados com a autarquia e porque são verbas que são devidas às juntas na base do que está acordado. Depois deste esclarecimento, o deputado Eduardo Cambraia lembrou ainda que a questão já tinha sido abordada em sessões anteriores e que até à data ainda não tinha recebido mais nenhum esclarecimento e sugeriu que fosse a mesa a apresentar a proposta de recomendação, o qual foi feito pelo presidente da mesa da assembleia. -----

--- Foi dada a palavra à presidente da autarquia que reconheceu que a questão já tinha sido abordada em sessão anterior e, como tal, foi averiguado contabilisticamente a situação, pois a autarquia tem que cumprir com o que está regulamentado, e foi solicitado um parecer jurídico externo cuja resposta, tendo por base que nos acordos assinados já foram fixadas as verbas, tendo em conta a previsão da variação da taxa de inflação no período dois mil e dezoito dois mil e vinte e um e, não prevendo os acordos de execução, após esse período, uma regra de atualização anual dos montantes das verbas à taxa de inflação, a câmara municipal não poderá aplicar a atualização pretendida, pois tal só poderá ser feito apenas por modificação dos contratos na forma e termos legais. -----

--- Foi aberto um período para esclarecimentos, no qual se inscreveu o deputado José de Melo, que referiu que, segundo o entendimento do jurista, terão de ser realizados novos acordos para concretizar essa atualização, ao que o presidente da mesa esclareceu que irá submeter a proposta à votação e caberá à autarquia, em articulação com as juntas de freguesia, nos termos legais, ultrapassar esta situação no sentido de ir ao encontro das pretensões das juntas de freguesia. -----

--- Como não se verificaram mais inscrições, foi a proposta sujeita à votação, sendo a mesma aprovado por unanimidade. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

*Soares*  
1

--- Após a votação pediu a palavra o deputado municipal Eduardo Cambraia para opinar que os pareceres permitem diversas interpretações e por isso não nos podemos escusar num parecer jurídico e, reafirmou que nos acordos está prevista esta atualização, pois os acordos com as juntas se regem são os mesmos que foram celebrados em dois mil e dezassete até dois mil e vinte e um, mas que continuam em vigor até dois mil e vinte e cinco, dado que a verificar-se qualquer alteração esta teria que merecer a aprovação da assembleia municipal, e isso não se verificou. Afirmou ainda que, no seu entendimento, os acordos então celebrados são válidos, por isso tem uma interpretação diferente da exposta no parecer jurídico e, como tal, a autarquia deve responder por escrito à pretensão já anteriormente exposta para as juntas possam retorquir sobre a decisão tomada. -----

---- Foi dada novamente a palavra à presidente da autarquia, Bárbara Chaves, que reafirmou que, segundo a lei, os acordos de cooperação se não forem revogados mantêm-se como estão, mas não estando previsto que os mesmos vão ser atualizados nos anos subsequentes a dois mil e vinte e um, então são considerados a essa data. -----

---- Foi de imediato solicitado ao grupo municipal do Partido Social Democrata, para apresentação da proposta de recomendação para a construção de um cemitério de animais, o qual foi apresentado pela deputada Florbela Cunha, após o qual, foi aberto um período para esclarecimentos, no qual se inscreveu o deputado municipal José de Melo, que após tomar a palavra corroborou a proposta apresentada pois entende que o animais devem merecer toda a atenção e devem ser tratados com dignidade e por questões de sanidade defende que se deve fazer um estudo de um espaço com qualidade para o sepultamento dos animais. -----

--- Em sequência desta intervenção solicitou a palavra o deputado Armando Soares para esclarecer que a proposta já indica um lugar com dignidade, tendo por base um estudo técnico e compete ao executivo dar provimento à sugestão. Considerou ainda que esperara uma reação mais otimista por parte da presidente da autarquia a corroborar a iniciativa proposta, ao que a presidente da autarquia aludiu não ter que se pronunciar sobre as proposta apresentadas por iniciativa da assembleia, pois cabe a este órgão analisar, pronunciar-se e deliberar sobre as mesmas. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

*J. F. Balse*  
*J*

--- Como não se verificaram mais inscrições, foi a proposta sujeita à votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. -----

--- De imediato foi solicitado ao grupo municipal do Partido Social Democrata, para apresentação do suprarreferido requerimento, que junto se anexa, que foi apresentado pela deputada municipal Helena Ferreira, no qual estão consignadas várias questões relacionadas com os convívios do grupo sénior sessenta mais. No fim da apresentação o presidente da mesa clarificou que o requerimento não era sujeito a votação e que caberia à autarquia responder por escrito às questões aí formalizadas. -----

---- Foi de seguida solicitado ao grupo municipal do Partido Socialista a apresentação do voto de congratulação, relativo aos cem anos da Banda Recreio Espirituense, sendo que o deputado José de Melo sugeriu que fosse um dos elementos da mesa a apresentar o referido voto. O voto foi apresentado pelo presidente da mesa, findo o qual foi aberto um período para esclarecimentos, no qual se inscreveu o deputado Jorge Costa para informar o sentido de voto favorável e como não se verificaram mais inscrições, foi o voto sujeita à votação, sendo o mesmo aprovada por unanimidade. -----

--- Posto isto foi solicitado ao grupo municipal do Partido Socialista a apresentação do voto de congratulação pelos vinte e cinco anos da Associação de Desenvolvimento e Solidariedade Social Mariense Salvaterra, voto esse apresentado pela deputada Rosa Melo, findo o qual foi aberto um período para esclarecimentos, no qual se inscreveu o deputado Jorge Costa para informar o sentido de voto favorável e como não se verificaram mais inscrições, foi o voto sujeita à votação, sendo o mesmo aprovada por unanimidade. -----

--- Passou-se ao ponto de tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico onde se inscreveram os/as deputados/as Armando Soares, José de Melo, Florbela Cunha e João Silva. -----

---- Foi dada a palavra ao deputado municipal Armando Soares que sugeriu que para as próximas sessões da assembleia dever-se-ia aferir, através de mail ou contato telefónico, se a maioria dos membros está disponível para reunir na data proposta e, caso houvesse muitos deputados que não conseguissem marcar presença na data proposta, então reagendava-se a sessão para um dia em que estivessem presentes o número máximo de



JM  
Baines  
d

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

deputados efetivos, e questionou se a mesa tinha conhecimento de quantas reuniões de comissões foram realizadas, ao que o presidente da mesa respondeu que não possuía a informação do número de reuniões realizadas pelas comissões e que iria ter em consideração a sugestão apresentada para o agendamento das próximas sessões. Referiu ainda o deputado que a população está insatisfeita com a recolha de resíduos, particularmente nas zonas balneares e questionou a autarquia o que é que está a correr mal, e como pensa a mesma ultrapassar esta situação, pois a resposta dada pela presidente da autarquia, em sessões anteriores, quando questionada sobre a possibilidade de baixar as tarifas da água, era de que não iria baixar as tarifas, mas sim melhorar a qualidade da recolha de resíduos. Disse também ter conhecimento que a câmara adquiriu a antiga casa dos correios, na zona velha da vila, congratulando-se com o fim a que se destina, mas alerta que essa zona está sobrecarregada de serviços, mas carente de parques de estacionamento, por isso sugere a aquisição e posterior demolição da casa da Guarda Fiscal, para efeitos de contruir nesse local um parque de estacionamento. Alertou ainda para o péssimo estado de conservação dos fontenários em frente à casa velório e no terreiro e do sineiro dos Anjos, considerando importante recuperar esses marcos históricos, e por fim questionou quantas vezes a comissão de trânsito se tinha reunido neste mandato, sugerindo que a mesma deveria considerar a hipótese de colocar a José Inácio de Andrade colocar num único sentido; que apesar do projeto do caminho velho do cais não ser da responsabilidade deste mandato, deveria de ter havido uma revisão ou na execução da obra, pois existe uma situação que conflitua com os interesses dos moradores de uma habitação contígua ao espaço a intervir e que tendo a convicção de que os trabalhadores do CAMAC são funcionários exemplares não se revê nas críticas proferidas em relação a esses serviços, mas que irá aferir in loco as situações denunciadas. -----

--- De seguida tomou a palavra a presidente da autarquia que referiu que as obras de intervenção no caminho velho do cais resultam de um projeto que foi herdado do anterior executivo e não é verdade que a autarquia não tenha falado com a proprietária da moradia em causa, pois existiu uma reunião entre a proprietária e o executivo camarário e a câmara comprometeu-se a analisar o que é que era possível alterar na



J.P.  
Bairão

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

execução da obra de forma a minimizar o transtorno que estava a causar e, a autarquia anteriormente tinha sido enviado uma resposta formal a advogada que a representa e, quanto à recolha e gestão de resíduos lembrou as metas apontadas pela comunidade europeia que definem que até dezembro de dois mil e vinte e cinco a média nacional de reciclagem deve ser no mínimo de cinquenta e cinco por cento, e os municípios que não cumprirem essas metas estão sujeitas a penalizações nas candidaturas a fundos comunitários. Disse ainda que como atualmente a média regional é de trinta e três por cento de reciclagem e o nosso município está na ordem dos dezoito por cento, isto é, muito distante dos objetivos a atingir, tem de haver a implementação de um sistema muito concreto de recolha de resíduos, com incrementação de mecanismos de recolha seletiva e redução de recolha indiferenciada, pois tendo a autarquia de cumprir essas metas terá de se implementar gradualmente e sistematicamente esse modelo e tem que ser um desiderato de todos, pois seria uma grande irresponsabilidade deste executivo não começar a tomar as medidas desde já, reconhecendo no entanto que, apesar de já existir a recolha seletiva porta a porta na zona do aeroporto e na zona baixa da vila, falta fazer uma campanha de sensibilização mais incisiva e alertou que as triagem multimaterial dos CPR vai deixar de contar para a metas da reciclagem, o que reforça a necessidade de incrementar hábitos de recolha seletiva em cada habitação, mas tal só resulta se as pessoas colaborarem. Por fim esclareceu que já reuniu com o ministro da administração interna para solicitar a transferência para a autarquia da antiga casa da Guarda Fiscal para os fins que o deputado sugeriu, mas foi informada que esse edifício já é não é da república, mas sim da posse do governo regional e, quanto aos fontenários reconheceu que pensava que eram das obras públicas, pois não estão na área da jurisdição da câmara, mas irá averiguar da titularidade dos mesmos e quanto à sineira dos Anjos já contactou a diocese para saber da possibilidade de se fazer, em conjunto, a reabilitação dessa estrutura, e que já reuniram a comissão de trânsito duas vezes e que irá novamente agendar uma reunião com essa comissão para estudar soluções para algumas das situações que carecem de alterações no sentido do trânsito e será considerado a proposta apresentada. -----



J.P.  
Bairns  
↑

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

--- De seguida foi dada a palavra ao deputado municipal José de Melo que enalteceu o empenho e a competência das associações na organização dos festivais de verão e da comissões dos jovens das freguesias na organização das festas de paróquia e agradeceu o apoio logístico e monetário da autarquia para co concretização dos eventos referidos e enalteceu ainda a continuidade do apoio de material escolar e o fato desse apoio ter sido alargada a todos os alunos independentemente do escalão da ação social dos mesmos. Questionou a situação do pavimento da ciclovia pois existem zonas onde se já se verifica a deterioração do piso e informou que, na sequência de uma deliberação da assembleia, foi efetuada por alguns deputados municipais e pelo executivo camarário uma visita ao Moinho da Rocha, para atestar in loco, a justificação da sua aquisição para integrar a rota dos cereais, dado que apresenta uma estrutura de uma azenha da moenda dos cereais ainda intacta, com o rodízio e as mós intactas, ao contrário da proposta apresentada pelo grupo municipal do PSD que apontava para a aquisição de um edifício, que no seu entendimento, não existem lá quaisquer ruínas de um moinho de água para além de uma pedra de mó. Referiu ainda que o grupo municipal do partido socialista votou a favor para o executivo refletir, analisar e envidar os esforços para a aquisição do moinho da rocha, proposta de aquisição essa, já reiterada pelo referido grupo municipal, em sessões de assembleia municipal do mandato anterior, mas que não se concretizou, e por isso não aceita que se diga que a autarquia perdeu uma grande oportunidade de adquirir um edifício para integrar a rota dos cereais. -----

--- O presidente da mesa da assembleia clarificou que na sessão anterior não tinha sido aprovada qualquer proposta para a aquisição de um edifício para integrar a rota dos cereais, mas sim efetuar um percurso pedestre que passasse junto aos dois edifícios em causa para se atestar qual deles apresentava melhores condições para o efeito e, nesse percurso confirmou-se que o edifício proposto na assembleia anterior, não apresentava quaisquer indícios de um moinho de água e por isso sugeriu ao deputado José de Melo para apresentar novamente uma proposta, a esta assembleia municipal, para o executivo camarário desenvolver todos os esforços no sentido de adquirir o edifício conotado como Moinho da Rocha. -----



JCF  
Baines  
J

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

--- Em sequência o deputado municipal Jorge Costa questionou onde é que o deputado José de Melo teve conhecimento de que alguém afirmou que a câmara teria perdido a oportunidade de adquirir o referido edifício, ao que este respondeu que tal afirmação está plasmada num comunicado da página do PSD. Pediu para intervir o deputado municipal Eduardo Cambraia para repudiar que se implique os deputados municipais com um comunicado numa página do Facebook, pois nenhum deputado do grupo municipal do PSD afirmou que a autarquia tinha perdido uma oportunidade de adquirir qualquer moinho de água. -----

--- A presidente da autarquia referiu que irá envidar todos os esforços no sentido de adquirir um moinho de água para integrar a rota dos cereais e solicitou para a assembleia clarificar, através de uma proposta, o que sugere e reconheceu que a ciclovía já apresenta algumas irregularidades e por isso está em contato com a empresa para a respetiva regularização. -----

--- Tomou a palavra a deputada Florbela Cunha para questionar que tipo de produto foi aplicado na monda das ervas da calçada e se a aplicação de água salgada deu ou não resultado e se já foi criado o gabinete municipal de medicina desportiva para os clubes desportivos locais, ao que a presidente da autarquia respondeu que está sendo difícil controlar as infestantes na calçada após a proibição da aplicação de glifosatos em vias públicas, no entanto optou-se pela aplicação de água e sal, que resulta, mas a sua aplicação é dispendiosa, que foi ainda adquirido um equipamento para o efeito, mas que também não é fiável a cem por cento. Disse ainda ter conhecimento que existe um produto no mercado que pode ser aplicado e que cumpre as regras exigidas e, apesar de ser caro, irão experimentar a sua aplicação e que não se avançou com a criação do gabinete de medicina desportiva, pois nos contactos que a autarquia estabeleceu com os clubes estes não manifestaram grande recetividade na existência desse gabinete. -----

--- Em sequência o deputado Eduardo Cambraia referiu que na obra da ciclovía fizeram um terraplano com gravilha que é muito complicado de eliminar as infestantes e sugere que a autarquia pondere requalificar esses espaços, com aspiração dessa gravilha e restituir espaços verdes junto à berma, pois é impensável aplicar uma roçadora, ao que a presidente da autarquia respondeu que concorda com a sugestão, mas enquanto a obra



*Handwritten signature in blue ink, possibly 'João Silva'.*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

estiver em prazo de garantia não pode haver qualquer alteração na mesma, mas que a câmara irá estudar uma solução para minimizar o problema apontado. -----

--- Foi dada a palavra ao deputado João Silva que questionou a autarquia se existe projeto para a casa das covas, quantas casas é que foram beneficiadas no âmbito da isenção de aplicação de taxas para aplicação e beneficiação das casas típicas marienses, se a câmara se candidatou ao programa ECO vinte e três em relação ao município verde, quais as intervenções que foram feitas nas escolas do primeiro ciclo, se as situações das remunerações dos funcionários estavam regularizadas, e para quando a reparação do caminho de Almagrinha, da atualização do site da câmara e da construção da ponte no Aveiro. -----

--- Dada a palavra à presidente da autarquia esta esclareceu que no caso da casa das Covas, como estão a ser realizadas obras de requalificação do edifício, tal não carece de projeto nem de licenciamento, que não foi aprovada em assembleia municipal a isenção de aplicação de taxas para aplicação e beneficiação das casas típicas marienses, que a câmara não apresentou candidatura ao programa ECO vinte e três pois não vê vantagens nessa candidatura, que foram feitas intervenções nas escolas do primeiro ciclo, como é feito todos os anos e irá decorrer uma obra na cobertura da escola do Aeroporto, por administração direta, mas está decorrer uma consulta pública para a reparação das infiltrações dos telhados das outras escolas, que os pagamentos dos funcionários estão todos regularizados e continua sem perceber a questão levantada na sessão anterior pois nenhum funcionário reportou qualquer situação irregular. Reconheceu que é necessário um novo site para câmara pois o existente está programado numa linguagem desatualizada e disse ainda que a manutenção do caminho de Almagrinha é da responsabilidade da junta de freguesia de Santo Espírito e que a construção da ponte do Aveiro é da responsabilidade dos serviços de ambiente. -----

--- Pediu para intervir o deputado Armando Soares para clarificar que a questão colocada sobre a casa das Covas vinha na sequência de uma entrevista da presidente da autarquia dada à comunicação social local, onde foi referido que só avançaria com obras nesse edifício quando existisse projeto, ao que a presidente da autarquia clarificou que quando tomou posse essa casa já tinha sido adquirida pela executivo anterior e com o objetivo da



J. Baines  
P

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

sua reabilitação tentou averiguar junto dos serviços da autarquia da existência do respetivo projeto, nomeadamente qual o fim a que se destinava e qual era o conteúdo funcional da mesma, ao que lhe foi informado que não existia qualquer projeto e que ninguém sabia o que é que era para fazer e, como tal, o que foi referido foi que, sem se saber qual a sua finalidade e funcionalidade não se poderia avançar com as obras, mas que posteriormente foi decidido recuperar todas as infraestruturas aí existentes, particularmente as covas. -----

--- Pediu para intervir a deputada Helena Ferreira para questionar se a equipa multidisciplinar da reparação das escolas foi constituída e se está a funcionar na modalidade em que estava prevista e se existe apoio de informação aos estudantes que pela primeira vez de deslocam para fora da ilha, ao que a presidente da autarquia respondeu que, na prática, confirmou-se que a constituição da referida equipa não era funcional, mas existe um responsável pelas escolas que faz a triagem e semanalmente são contactados os respetivos serviços para efetuarem essas obras de manutenção e que relativamente aos estudantes, apesar de existirem algumas associações do continente que pretendem protocolar com câmara, no sentido de prestarem apoio logístico, os estudantes nunca se dirigiram à câmara para o efeito. -----

--- Passou-se de imediato para o período da ordem do dia, cujos assuntos em edital foram lidos pelo secretário da mesa, José Chaves, bem como o parecer da comissão da análise prévia, que junto se anexa a esta ata. -----

--- No ponto um da ordem de trabalhos, informação escrita da presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto, acerca da atividade municipal, situação financeira e informação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica aprovada pela Assembleia Municipal, na 5ª sessão ordinária de 30/11/2022, no âmbito da Lei dos Compromissos, foi dada a palavra a senhora presidente para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta referiu que que não tinha nada a acrescentar. -----

--- De seguida foi aberto um período de inscrições para pedidos de esclarecimento no qual se inscreveu o deputado Jorge Costa para referir que na informação escrita enviada não está discriminado o montante que foi contratualizado com a banda Entre Aspas e,



*J.F. Baínse*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

como na informação remetida está referido o aluguer do terreno do parque de estacionamento da Travessa da Friagem, questiona se a autarquia já equacionou a aquisição ou expropriação desse terreno para parque definitivo e se já averiguaram a existência de outros locais, em Vila do Porto, para o mesmo fim. Sugeriu ainda o aluguer de um espaço para parque de estacionamento, durante a época balnear, na Praia Formosa, devido à dificuldade de estacionamento nesse lugar na época referida e perguntou se a autarquia tem prevista alguma reunião com o ministro das infraestruturas, para a reabertura do aeroporto de Santa Maria durante a noite. -----

--- Dada a palavra à presidente da autarquia esta referiu que o cachet do grupo Entre Aspas foram vinte mil euros e foi um lapso não estar referido na comunicação escrita, que para já vão manter o aluguer do terreno do parque de estacionamento da Travessa da Friagem e aferir se as pessoas utilizam ou não esse parque e estão a estudar uma proposta da aquisição de um terreno um pouco mais acima para o mesmo fim, que quanto à situação da Praia Formosa reconheceu que a falta de sinalização nessa zona dificulta o trânsito e irá estudar a possibilidade de também alugar um espaço durante a época balnear e que já foi solicitada uma reunião com o ministro das infraestruturas para se tentar resolver a situação apresentada. -----

--- Como não se verificaram mais inscrições passou-se de imediato ao segundo ponto da ordem de trabalhos, proposta de redução da Taxa do Imposto Municipal de Imóveis para agregados familiares residentes no concelho de Vila do Porto, no qual foi dada a palavra a senhora presidente para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta referiu que não tinha nada a acrescentar, pelo que foi aberto um período de inscrições para pedidos de esclarecimentos, mas como não se verificaram quaisquer inscrições, a proposta apresentada foi sujeita à votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade pelos presentes. -----

--- No ponto três da ordem de trabalhos Congresso da ANMP XXVI – Convocatória, foi deliberado que o presidente da junta de S. Pedro, António Monteiro seria o congressista efetivo, representante das juntas de freguesia, no supramencionado congresso, e como suplente o presidente da junta de Santa Bárbara, Flávio Freitas. -----

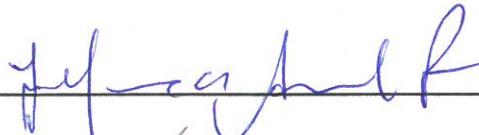
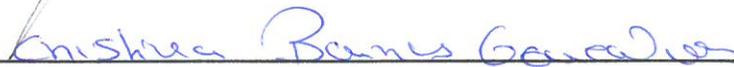


## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

--- **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:** De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a assembleia municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta a fim de produzir efeitos imediatos. -----

--- Eram treze horas quando o presidente da mesa deu por encerrada a sessão. -----

--- Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que eu, José Manuel Torres Medeiros de Chaves, primeiro secretário da mesa a redigi, após ter sido a mesma discutida pelos intervenientes foi aprovada por unanimidade e vai ser assinada por mim e pelos membros da mesa de assembleia. -----

  
-----  
  
-----  
  
-----